

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES– Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie – FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali - Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de Milano-Bicocca

Alfredo Wagner
Eriki Aleixo
Ítala R. Nepomuceno
Vinícius Benvegnú
Organizadores

**MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS
TRADICIONALMENTE OCUPADAS:
CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS**

Manaus - Amazonas
2019

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Eriki Aleixo de Melo

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno

Vinícius Cosmos Benvegnú

Capa

Equipe Editorial

Diagramação: Philipe Teixeira

ISBN Impresso - 978-85-7883-529-3

ISBN Ebook - 978-85-7883-531-6

Ficha Catalográfica

M664 Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente
ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas/
Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al.
– 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

826 p.: il.

ISBN 978-85-7883-529-3

1. Mineração. 2. Garimpo. 3. Conflitos sociais e.
I. Título.

CDU 316+910.3

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



Indígenas Yanomami protestando contra a Invasão Garimpeira em suas terras durante a V Marcha dos Povos Indígenas do Amazonas realizada em 03/12/2019. Foto Eriki Aleixo.

MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Marcia Anita Sprandel

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Paulo Rogério Gonçalves

Carmen Lúcia Silva Lima

Sheilla Borges Dourado

Claudina Azevedo Maximiano

Jurandir Santos de Novaes

Raquel Mombelli

Juracy Marques

Tatayya Kokama

Vânia Fialho

Luís Augusto Pereira Lima

Selma Solange Monteiro Santos

Elielson Pereira da Silva

Juliane Pereira dos Santos

Rita de Cássia Pereira da Costa

Raquel Oliveira Santos Teixeira

Ana Flávia Moreira Santos

Rômulo Soares Barbosa

Andréa M. N. Rocha de Paula

Felisa C. Anaya

Alexandre Gonçalves

Sérgio Leandro Sousa Neves

Reginaldo Conceição da Silva

Renildo Viana Azevedo

Jordeanes do N. Araújo

Nicolás Victorino

Murana Arenillas Oliveira

Felipe Pereira Jucá

Poliana Nascimento

Julianna Malerba

Gustavo Hees de Negreiros

Adinei Almeida Crisóstomo

Whodson Silva

Angelisson Tenbarin

Raimundo Nonato F. do Nascimento

Aline Radaelli

Tatiana Emila Dias Gomes

Valéria Morera Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bebelany

Maryellen Milena Lima

Ilklyn Barbosa da Silva

Lívia Ferraz da Costa Duarte

Luciana Costa Leite

Clarissa Godinho Prates

Lilian Maria Santos

Matheus Vinícius Ferreira

Luciana Tonelli

Suellen Andrade Barroso

Chris Lopes da Silva

Ricardo Gilson da Costa Silva

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto

Barbara de Sousa Cascaes

Jéssica Maria Barros da Silva

Evandro Moura Dias

Patrícia Moraes Lima

Fátima Oliveira

Guilherme Dal Sasso

Camila Dellagnese Prates

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno (org.)

Vinícius Cosmos Benvegnú (org.)

Eriki Aleixo de Melo (org.)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

SUMÁRIO

Apresentação.....	31
As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução	
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida.....</i>	47
PARTE 1	71
Pará	73
Quilombolas do Território de Jambuaçu (PA) em situação de conflitualidade com a Hydro/Mineração Paragominas S/A e a Ideologia da Harmonia	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	75
Territórios Munduruku e tensões com garimpos e mineração no Alto e Médio Tapajós	
<i>Ítala T. Rodrigues Nepomuceno.....</i>	93
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Rio Tocantins confrontados com política energética (UHE-Tucuruí) e mineração	
<i>Jurandir Santos de Novaes</i>	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	107
Kayapó Mekrânogti (TI Baú) e Assentados (PDS) Terra Nossa da região do Tapajós (PA): conflito e licenciamento ambiental da mineração transnacional de ouro	
<i>Selma Solange Monteiro Santos.....</i>	123
Terras e territórios tradicionais da Volta Grande do Xingu na mira de megaempreendimentos minerais	
<i>Elielson Pereira da Silva.....</i>	135
Quilombos no Trombetas e a Mineração Rio do Norte (MRN): dos dilemas às novas estratégias políticas face à expansão da atividade mineradora em territórios quilombolas	
<i>Juliane Pereira dos Santos.....</i>	151

Agricultores Acampados de Canaã dos Carajás e os impactos da mineração no Sudeste Paraense

Rita de Cássia Pereira da Costa

Valéria Moreira Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bechelany..... 169

DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE AMAZÔNIA..... 183

“Nota pública de repúdio contra o propósito do Governo Bolsonaro de regulamentar o garimpo e mineração em terras indígenas”.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 03 de outubro de 2019..... 185

“Carta Abierta de los pueblos indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la evidente incapacidad y falta de voluntad de los Estados de Bolivia y Brasil para proteger a los pueblos indígenas y a la biodiversidad ante los incendios forestales en la Chiquitania boliviana en Santa Cruz de la Sierra y los estados de Acre, Rondonia, Mato Grosso y Mato Grosso del Sur en Brasil”

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 22 de agosto de 2019..... 187

“Carta abierta de los Pueblos Indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la falta de voluntad de los gobiernos de Brasil y Bolivia para proteger a los Pueblos Indígenas y la biodiversidad en respuesta de los incendios florestales”.

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 23 de agosto de 2019..... 192

“Nota de repúdio contra o processo de destruição da Amazônia pelo Governo Bolsonaro”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 22 de agosto de 2019..... 196

“COIAB repudia PL que permite a exploração mineral, energético e do agronegócio nas terras indígenas”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 06 de fevereiro de 2020..... 198

Minas Gerais	201
O desastre e seu curso: descronologia da violência	
<i>Raquel Oliveira Santos Teixeira</i>	
<i>Maryellen Milena Lima</i>	
<i>Ilklyn Barbosa da Silva</i>	203
Terras tradicionalmente ocupadas e Projeto Minas-Rio: expropriação, desresponsabilização e comunidades ‘fora de lugar’ no Espinhaço Meridional, Minas Gerais.	
<i>Ana Flávia Moreira Santos</i>	
<i>Lívia Ferraz da Costa Duarte</i>	
<i>Luciana Costa Leite</i>	
<i>Clarissa Godinho Prates</i>	217
De ouro e ferro: consequências socioambientais em curso e potenciais da mineração no norte de Minas Gerais	
<i>Rômulo Soares Barbosa</i>	
<i>Andréa M. N. Rocha de Paula</i>	
<i>Felisa C. Anaya</i>	
<i>Patrícia Moraes Lima</i>	
<i>Adinei Almeida Crisóstomo</i>	233
Apontamentos acerca das atividades de extração mineral na região de Diamantina (MG)	
<i>Sérgio Leandro Sousa Neves</i>	
<i>Lilian Maria Santos</i>	
<i>Matheus Vinícius Ferreira</i>	247
A Ideologia da Mineração está em xeque. Andrea Zhouri concede entrevista à Luciana Tonelli do site <i>Outras Palavras</i>	
<i>Luciana Tonelli</i>	257
Amapá	269
Terras Indígenas no estado do Amapá e mineração	
<i>Vinícius Cosmos Benvegnú</i>	271

**DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE O
INTRUSAMENTO DE GARIMPO NA TERRA INDÍGENA WAJĀPI 281**

“Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 28 de julho de 2019.....</i>	283
“2ª Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 29 de julho de 2019.....</i>	285
“Terceira nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 31 de julho de 2019.....</i>	287
“Quarta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 1º de agosto de 2019.....</i>	289
“Quinta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 04 de agosto de 2019.....</i>	292
“Sexta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajāpi” <i>APINA, 18 de agosto de 2019.....</i>	294
“Nota de apoio ao povo WAJĀPI” <i>Conselho Indígena de Roraima, 27 de julho de 2019.....</i>	296
“Nota pública de lideranças de Aty Guasu, retomada de Aty Jovem, Kuñangue do povo Guarani e Kaiowa diante do genocídio, massacre e invasão da Terra Indígena Waiāpi-Amapá” <i>Tekoba Guasu Guarani e Kaiowá, 28 de julho de 2019.....</i>	297
“Nota: Hutukara Associação Yanomami” <i>Hutukara, 29 de julho de 2019.....</i>	299
“Nota da Coiab contra os ataques ao Povo Waiāpi” <i>COLAB, 28 de julho de 2019.....</i>	300
Amazonas	303
Povos indígenas e conflitos socioambientais decorrentes da mineração no Alto e Médio Solimões na Amazônia brasileira <i>Reginaldo Conceição da Silva.....</i>	305

A destruição da vida pelas dragas	
<i>Tatayja Kokama / Altaci C. Rubin</i>	321
Mobilização étnica dos Kambeba frente aos garimpos ilegais do rio Jandiatuba	
<i>Aline Radaelli</i>	321
Mineração de potássio em Autazes (AM) ameaça os territórios do povo Mura	
<i>Renildo Viana Azevedo</i>	327
Notas de campo: garimpos, desmatamentos e madeireiros ilegais em Terras Indígenas no Sul do Amazonas	
<i>Jordeanes do N. Araújo</i>	
<i>Suellen Andrade Barroso</i>	
<i>Angelisson Tenbarin</i>	345
O estaleiro de balsas e dragas e o garimpo no Rio Madeira	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	359
Estado e pilhagem no Alto Rio Negro	
<i>Felipe Pereira Jucá</i>	371
Depoimento: A pressão do garimpo sobre povos indígenas em Terras Tradicionalmente Ocupadas no Baixo Rio Negro (AM)	
<i>Murana Arenillas Oliveira</i>	381
Depoimento de lideranças indígenas de Lábrea, Tapauá e Boca do Acre e Liderança Extrativista de Pauini – Região do Purus	
<i>Claudina Azevedo Maximiano</i>	
<i>Chris Lopes da Silva</i>	389
 Colômbia	 413
Síntesis de situación de minería en territorios indígenas de la Amazonia colombiana	
<i>Nicolás Victorino</i>	415

Rondônia/Roraima **425**

A espiral da desgraça: notas para um debate sobre mineração em áreas indígenas, direitos humanos e território dos povos amazônicos

Ricardo Gilson da Costa Silva

Luís Augusto Pereira Lima..... **427**

Garimpo em Terra Indígena Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **439**

A nova corrida pelo ouro em Roraima

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto **447**

Depoimento de Dário Vitório Kopenawa Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **453**

Maranhão/Tocantins **467**

Práticas minerárias em colisão com modos de ser e viver dos povos e comunidades tradicionais

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins..... **471**

O vale das tragédias denunciadas e o (des) envolvimento ao longo da EFC: o custo da vida em comunidades de Alto Alegre do Pindaré e de Açailândia (MA)

Helciane de Fátima Abreu Araújo..... **491**

Da “briga” pelo babaçu à luta pelo território: o avanço de empreendimentos minerários na comunidade quilombola Miranda do Rosário (MA)

Barbara de Sousa Cascaes..... **499**

Riscos e efeitos socioambientais associados à extração de gás pelo Complexo Parnaíba na comunidade Bom Jesus dos Pretos, Lima Campos (MA)

Jéssica Maria Barros da Silva..... **513**

Exploração de fosfato na cidade de Arraias (TO) e seus impactos socioambientais

Paulo Rogerio Gonçalves

Evandro Moura Dias..... 525

Piauí/Bahia/Pernambuco 533

Mineração e conflitos socioambientais no estado Piauí

Carmen Lúcia Silva Lima

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento..... 535

As feridas das montanhas: destruição da Chapada Diamantina (BA) pela atividade mineradora

Juracy Marques

Gustavo Hees de Negreiros..... 551

As veias abertas de Boquira (BA): comunidades rurais e empreendimentos minerários: o que a população tem a dizer?

Fátima Oliveira

Juracy Marques..... 561

“Lá é a nossa vida”: dinâmicas de vida e morte nos Gerais de Caetité (BA) impactados pela extração mineral

Tatiana Emilia Dias Gomes..... 581

Povos e Comunidades Tradicionais e Mineração no Sertão de Itaparica (PE)

Poliana Nascimento

Vânia Fialbo

Whodson Silva..... 591

Santa Catarina/Rio Grande do Sul 601

Comunidades Tradicionais em Santa Catarina e Mineração

Raquel Mombelli..... 603

Conflito ambiental no Delta do Jacuí: os Mbyá Guarani contra a Mina Guaíba	
<i>Guilherme Dal Sasso</i>	
<i>Camila Dellagnese Prates</i>	617
DOCUMENTOS SOBRE O COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	627
“Manifesto do comitê de combate à megamineração no Rio Grande Do Sul”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 29 de maio de 2019</i>	629
“Nota sobre os ataques às Aldeias Guarani”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 23 de setembro de 2019</i>	632
PARTE 2	635
O debate recente sobre mineração [em Terras Indígenas] no Congresso Nacional	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	639
O Congresso Nacional e as Terras Indígenas (agosto de 2019)	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	669
Fases dos processos minerários no Brasil (2019) correspondentes à Amazônia	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	787
Mineração em terras tradicionalmente ocupadas: velhos e novos desafios ao direito à terra e ao território	
<i>Julianna Malerba</i>	793
Mapas	811
Relação dos Grupos de Pesquisa	821

RISCOS E EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS ASSOCIADOS À EXTRAÇÃO DE GÁS PELO COMPLEXO PARNAÍBA NA COMUNIDADE BOM JESUS DOS PRETOS, LIMA CAMPOS (MA)

Jéssica Maria Barros da Silva²¹⁶

Foi no âmbito do processo de abertura do mercado de exploração e produção de petróleo e gás natural pelo advento das descobertas de pré – sal em 2007, que se iniciou a criação de um ambiente favorável para o surgimento diversas pesquisas no setor de energia em áreas para além dos litorais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os investimentos privados nesse setor no Maranhão, por exemplo, representam uma dessas oportunidades criadas com a abertura do mercado voltadas à comercialização do petróleo e seus derivados e tiveram êxito após a identificação de reservas comerciais na bacia do Parnaíba, situada na porção central à sul do Estado.

Essas descobertas foram efetuadas pelo grupo privado OGX²¹⁷, que naquele período ampliava seus investimentos em busca de indícios de gás natural no interior do estado, através da perfuração de poços e de técnicas de levantamento sobre a viabilidade de exploração comercial do gás. As primeiras experiências de pesquisas sísmicas²¹⁸ e avaliação de campos de gás natural no Estado representaram uma etapa inovadora, indutora de desenvolvimento e de grande relevância para a economia do Maranhão por pressupor a dinamização da economia vigente e a arrecadação de impostos para o Estado, e da mesma forma, foram encaradas com otimismo pelas prefeituras onde foi realizado o processo de prospecção (SILVA, 2016).

216. Mesta pelo Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia/ PPGCSPA-UEMA-UFGM (2014-2016).

217. SILVA, 2016.

218. A atividade de levantamento sísmico constitui-se do uso de equipamentos e análises para que se possa identificar a existência de recursos minerais, água ou petróleo no subsolo. Disponível em: <<http://www.comunicabaciadesantos.com.br>>.

Assim, após sua divulgação pela imprensa oficial e local, foram feitos novos levantamentos em busca da ampliação dessas reservas, *a priori* em locais próximos às áreas já identificadas como reservas de acumulação comercial, a saber, as cidades da Mesorregião Centro Maranhense e em especial a Microrregião do Médio Mearim. Como resultados destes levantamentos técnicos foram encontrados duas grandes reservas iniciais, a primeira no município de Santo Antônio dos Lopes divulgada pela empresa OGX S/A enquanto um promissor “potencial de gás²¹⁹” com uma produção comercial estimada em 10 trilhões a 15 trilhões²²⁰ de pés de gás por dia; e a segunda, encontrada no município de Lima Campos um volume estimado em 1,34 bilhões de metros cúbicos.

A exploração de reservas comerciais de gás natural na região tinha por objetivo atender ao projeto termoelétrico de geração de energia a gás natural, movido como combustível para o abastecimento das usinas que foram construídas em Santo Antônio dos Lopes. Nesse processo, a proximidade dos poços em relação à construção do parque térmico, foi um diferencial para o empreendimento, pois ofereceu condições para a construção de instalações de distribuição dos poços perfurados e viabilidade econômica para as usinas, através da instalação de uma rede de gasodutos e de uma estação de tratamento de gás intermediária, construída no município de Lima Campos - MA.

Apesar do incentivo de uma nova proposta de desenvolvimento e a certeza de crescimento econômico confirmadas com o volume de gás descoberto, as vantagens percebidas com a chegada do empreendimento na região, não se estenderam de igual modo para aqueles estabelecerem uma relação direta com o empreendimento, sobretudo, para agricultores familiares, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu, que passaram a conviver diariamente com as atividades de pesquisa, perfuração e instalação do complexo de geração de energia

219. Termo presente dos discursos do Governo do Estado do Maranhão divulgados no ano de 2010. Ver: site: www.Portaldaindustria.com.br

220. Informação disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2010/08/17/ogx-vai-procurar-petroleo-e-gas-na-bacia-para-maranhao.shtml>>.

a gás natural Complexo Parnaíba, em razão da proximidade dos poços perfurados junto a áreas antropizadas.

Estas atividades provocaram conflitos, desencadeados seja pelo aparecimento de efeitos diretos percebidos pelos agentes sociais das áreas afetadas pela instalação do projeto, seja pelo desencontro ou ausência inicial de informações entre a empresa e seus funcionários nos locais em que eram realizados os testes e perfurações. Cabe mencionar que as áreas pesquisadas e sob exploração do grupo que operacionaliza o Complexo Parnaíba, não se limitam aos municípios mencionados neste artigo e da mesma forma, é possível que haja outras situações que não estão descritas.

Desta forma, para melhor delimitação do problema, fiz a opção pelo recorte de uma situação que delinea a reflexão aqui pretendida, cujos efeitos socioambientais da instalação e localização junto a estrutura física do empreendimento foram percebidos em todas as fases de instalação do complexo. Esses impactos foram percebidos nos campos de gás Gavião Branco, localizados no município de Lima Campos - MA, mais exatamente no território quilombola de Bom Jesus dos Pretos, onde estão situados poços de gás em atividade e uma estação intermediária de tratamento do gás.

Complexo Parnaíba: exploração e comercialização de gás natural para geração de energia elétrica

Segundo (SILVA, 2019) de acordo com informações da Agência Nacional do Petróleo - ANP²²¹, Gás Natural, é uma substância de origem fóssil, resultante da decomposição de matéria orgânica, composta por hidrocarbonetos como metano, etano e propano, que em condições de temperatura ambiente se apresenta em estado gasoso. Sua classificação depende da forma como ele é encontrado na natureza, assim, se a concentração do gás estiver presente em camadas rochosas, por exemplo, livre de água e óleo, ele será classificado como não associado.

221. www.anp.gov.br/gas-natural

Para a ANP, as principais aplicações desse tipo de combustíveis estão ligadas a segmentos da indústria e termoeletrônicos. Nas Usinas Termoeletricas a energia gerada é obtida através de processos de queima dos materiais orgânicos (sejam eles: carvão, petróleo, gás natural e demais derivados), processo no qual o calor da queima é convertido em energia térmica e transformado em energia elétrica. (BRASIL, 2016, p. 36).

O processo de conversão da energia térmica em elétrica considera ainda a etapa de movimentação das pás das turbinas a partir da movimentação impulsionada pelo vapor obtido pela queima. Para que ocorra essa transformação é necessário que haja uma atenção quanto ao tipo de tecnologia adotado, pois a ela é atribuída à eficiência e a capacidade de emissão de poluentes na atmosfera, emitida através do descarte de parte dos vapores. Sobre este ponto vale considerar o tipo de tecnologia utilizado pelo Complexo Parnaíba, cujo procedimento utiliza um “Ciclo Combinado”, cujas etapas são consideradas menos poluentes, conforme dados disponibilizados pelo grupo Eneva²²².

Ainda de acordo com esses dados, outra escolha particular que caracteriza o empreendimento termoeletrico se refere à proximidade geográfica entre as usinas e as perfurações de gás em produção declaradas comerciais. Autodenominando-se pioneira na adoção de um modelo chamado *reservoir – to- wire*, escolha que permitiu ao empreendimento ofertar a produção a um preço de mercado competitivo. Isto porque a facilidade de transporte do gás até as usinas, não encarece o produto final.

O investimento efetuado pelo grupo privado OGX iniciou as suas atividades em 2013 após a inauguração de um conjunto de 4 usinas construídas no município de Santo Antônio dos Lopes. A termoeletrica apresenta uma capacidade de operação de 1,4 GW e opera em conformidade com a distribuição das usinas que integram o complexo, ambas com capacidades distintas e início de operação diferenciadas e concessão com fases de operação previstas entre 2013 a 2036²²³, promovendo um aumento da produção elétrica e estendendo a vida útil das instalações.

222. Informação presente em: www.eneva.com.br

223. www.eneva.com.br

O conjunto de usinas que compõem o complexo Parnaíba é abastecido pelo gás natural explorado nos campos de produção situados nas áreas de influência do empreendimento, em locais chamados blocos de extração de gás. A energia produzida nas usinas é enviada através de uma rede de transmissão elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN)²²⁴.

O processo de aquisição dos blocos explorados pelo grupo é obtido através da modalidade leilão, realizado pela ANP, onde são concedidas licenças de pesquisa para dar início às suas atividades. A demanda do Complexo Parnaíba é composta por 8 campos de produção de gás natural declarados comerciais, 5 deles em atividade: Gavião Real, Gavião Vermelho, Gavião Branco, Gavião Caboclo, Gavião Azul, e 12 blocos adquiridos em 2017 sob avaliação e testes.

A complexidade do empreendimento e sua constante expansão observada pelo número de novas concessões permitem demonstrar a representatividade que esse novo segmento agregou ao Estado, por se constituir numa inovação para a oferta de geração elétrica por um lado, e a oportunidade de descentralização desta atividade econômica para o interior do Estado, por outro.

No entanto, o entusiasmo inicial propiciado pela “descoberta do gás” não se prolongou de igual modo para as cidades inseridas em sua área de atuação, sobretudo porque a possibilidade de geração de postos de trabalho e a esperada dinamização das economias locais não repercutiram na qualidade de vida dos municípios. Mas contrastando com as previsões, o início das suas atividades resultou no aparecimento de várias situações de conflito entre a empresa e os grupos sociais nas áreas de influência direta do empreendimento.

224. Informação disponível em: www.eneva.com.br

Riscos, efeitos e conflitos decorrentes das atividades do complexo Parnaíba

A utilização de espaços para adequação das condições ambientais às funções do projeto de geração de energia UTE Parnaíba acarretou as áreas sob influência direta do projeto a diversas situações de conflito, quando das intervenções necessárias ao início das atividades do complexo. A manifestação dessas intervenções indesejáveis às comunidades, ao meio ambiente e as áreas urbanas tornaram-se problemáticas na medida em que as ações da empresa foram acompanhadas de uma postura marcada pela desinformação, divergência de interesses e cooptação, que dificultaram o estabelecimento de uma relação amigável entre a empresa e as comunidades diretamente afetadas.

A dispersão dos impactos identificados nas áreas de influência do empreendimento repercutiu também sobre os modos de vida e condições comuns ao cotidiano de agricultores rurais, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, residentes historicamente nessas áreas e, portanto, anteriores à chegada do empreendimento.

Essas áreas, delimitadas nos Estudos e relatórios prévios de impacto ambiental, estão vinculadas ao processo de licenciamento ambiental para autorização de operação e instalação do empreendimento, tendo em vista a consideração que um empreendimento de grande porte, como uma termoeletrica, está sujeito a gerar impactos sejam eles sociais ou ambientais, devido a sua complexidade. (SILVA, 2019, p. x)

Neste sentido a consideração dos impactos gerados por um empreendimento com estas proporções não são apenas ambientais, mas sociais, físicos, bióticos e econômicos, uma vez sua instalação implica um planejamento a nível de Estado, amparado e fiscalizado por legislações pertinentes em conformidade com o tipo de projeto e seu grau de intervenção, se estendendo por exemplo, desde sua concessão

junto a ANP. Até a avaliação de impacto ambiental do qual fazem parte a elaboração de estudos preliminares capazes de identificar os impactos negativos e positivos da proposta.

Apesar dessa sistemática, são muitas as fragilidades identificadas no processo de licenciamento de uma atividade de impacto ambiental significativo, o que envolve indagar a respeito da subjetividade do impacto ambiental e do negligenciamento de etapas do licenciamento com vistas a desconsiderar ou a não perceber o impacto de forma integral.

A exemplo veja-se os conflitos decorrentes do início das atividades de pesquisa, perfuração dos poços e instalação das estruturas do Complexo Parnaíba construídas no município de Lima Campos, em uma propriedade privada próxima geograficamente da comunidade Bom Jesus dos Pretos (SILVA, 2016).

Autodenominada pelo empreendimento de “Campo de Produção Gavião Branco”, nesta área estão localizados 2 poços de gás e uma estação para escoamento. Cujas produções são transportadas por meio de uma tubulação aterrada para o atendimento da demanda de combustível e abastecimento do conjunto de usinas do complexo UTE Parnaíba construído em Santo Antônio dos Lopes- MA.

Para que houvesse a criação dessa estrutura foi necessária uma modificação expressiva da paisagem para adequar estradas, acessos e terrenos à chegada do complexo de geração de energia. Nesse sentido, não apenas as áreas da comunidade foram adequadas ao projeto, como os usos cotidianos daqueles espaços, pois uma retirada significativa de vegetação foi suprimida para dar lugar às torres, além da instauração de uma nova dinâmica pelo trânsito constante de veículos e maquinários de grande porte pelas vias e bifurcações que davam acesso à comunidade. (SILVA, 2016)

A apropriação dos espaços pelo empreendimento também acarretou transtornos físicos para a comunidade Bom Jesus dos Pretos,

pois as vias e bifurcações vicinais utilizadas por empresa e comunidade, não suportavam o sobrepeso dos maquinários pesados, convergindo no aparecimento de rachaduras em diversas casas próximas à via. Além disso, a presença constante de técnicos contratados pela companhia em quintais e áreas comuns da comunidade para explorar a proximidade do poço recém-descoberto foi responsável por transtornos e desconfortos, pois a comunidade não tinha conhecimento da proximidade das atividades e da sua magnitude.

Os poços foram perfurados em uma propriedade privada chamada Poço Verde situada nas proximidades da comunidade Bom Jesus dos Pretos. Correspondem à mesma área de construção da Estação de Produção e Escoamento do Gás- EPGVB, local que também recebeu uma torre para a conclusão dos testes efetuados pela empresa no início das suas pesquisas.

De acordo com Silva (2016) durante as fases de perfuração destes poços, uma série de situações repercutiu de forma negativa sobre a comunidade, dentre elas com maior destaque para o derramamento de compostos químicos do interior de um desses poços e da queima do gás para a realização de um teste de “validação do poço” sem aviso prévio. Em ambas as ocasiões a comunidade foi pega de surpresa por não ter nenhum conhecimento sobre a proximidade das obras na propriedade vizinha.

O material de odor forte vazado de um dos poços em contato com o solo, teria se dispersado para pequenas propriedades e escoado para áreas de lavoura de arroz destruindo-as completamente. E da mesma maneira ao escoar para as vias de acesso, teria provocado quedas e cocceiras aos agentes sociais e locais que se deslocavam pela via de motocicletas e bicicletas.

O teste de validação do poço, sem aviso prévio dos técnicos da empresa, foi realizado em uma base em formato de torre situada na

mesma localização do poço de maior vazão de gás (volume estimado em 1,34 bilhões de metros cúbicos). E foi responsável pelo desencadeamento de uma situação de pânico entre os moradores da comunidade Bom Jesus dos Pretos, visto que o elevado barulho, acompanhado de um imenso clarão, dava-lhe a impressão de terrível explosão.

Amedrontados, idosos e crianças necessitaram de deslocamento para o hospital do município de Lima Campos. Após o ocorrido, a Associação das Comunidades Negras Rurais- ACONERUQ, cuja representação também se faz presente na comunidade, tomou medidas no sentido de acionar o Ministério Público Federal sobre as irregularidades da empresa nas atividades e instalações do Complexo Parnaíba. (SILVA, 2016).

Foi após a tomada desta medida pela ACONERUQ, que a comunidade passou a ter acesso e representatividade junto às suas causas, intermediada pela ação do Ministério Público. Isto tornou possível a arguição e questionamento sobre os efeitos percebidos pelas atividades da empresa, e colocou em pauta questionamentos a respeito da delimitação das áreas de influência apresentadas pelos estudos prévios e Relatório de Impacto Ambiental do campo de produção Gavião Branco, no qual a comunidade está relacionada.

Muito embora essas ações não tenham sido suficientes para paralisar as obras ou reverter os efeitos socioambientais ocorridos, a ação interventiva junto ao Ministério Público objetivou respaldar a comunidade juridicamente, a respeito mitigações ambientais que a empresa deve compensar, principalmente com relação à proximidade dos dutos junto as casas e as medidas de segurança e restrição sobre o uso do solo devido a passagem da tubulação.

De acordo com Silva (2016, p. 71) “[...] dentre as reivindicações feitas pela comunidade estavam A elaboração de um Plano Básico Ambiental- PBA”, que deveria ser elaborado pela empresa simbolizando um compromisso de mitigação dos danos causados, onde contemplasse a

oferta de cursos, a construção de uma fábrica de beneficiamento de polpa de frutas, e uma melhor divisão dos royalties arrecadados pelo município com a instalação do gasoduto.

A necessidade de permanecer no território, que historicamente lhes pertence, obriga as comunidades a se adequarem por elas mesmas, aos impactos negativos do empreendimento. Cabe notar, que os impactos positivos do empreendimento não são percebidos localmente em sua totalidade para aqueles que estão diretamente envolvidos, pois seus benefícios de implantação visam o beneficiamento em uma escala de proporção mais ampla.

Reclamadas como um direito, o acesso às compensações ambientais, não deveriam partir como uma cobrança de quem sofre o impacto, visto que essa etapa administrativa, já integra o procedimento de avaliação ambiental. Tampouco deveria ser negligenciada. A existência de situações que pontuam a respeito do aparecimento de conflitos socioambientais decorrentes da instalação deste empreendimento demonstra não apenas o impacto por ela causado, mas coloca em evidencia a problemática gerada pelo desencadeamento de diversos conflitos para situações e grupos diferenciados.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou que havia uma expectativa de mudança com a chegada da empresa, impulsionada de um lado pelas condições de instalação do gasoduto, que abrangem desde a apropriação de áreas extensas à adaptação do local a recebê-los, e de outro, os interesses de governo, quanto à arrecadação de impostos e geração de desenvolvimento para o setor econômico do município de Lima Campos – MA.

No entanto os primeiros embates que contrariaram essa visão foram notados a priori no início das instalações, com o aparecimento

dos efeitos que acabaram restringindo as áreas de plantio, modificando negativamente o cotidiano local, e evidenciando a ilusão que se tinha a respeito da contratação de mão de obra local, que não ocorreu. Nesta perspectiva, o primeiro ponto a se frisar, é que o esperado desenvolvimento enaltecido pelo discurso de Estado pareceu não contemplar a realidade local das comunidades inseridas na área de afetação da empresa, cabendo avaliar também que mesmo havendo ações de compensação ambiental, elas ainda não contemplavam os anseios locais.

As observações acerca das mobilizações expostas neste estudo também demonstraram outra vertente, relacionada à ausência de um acompanhamento mais detido de comunicação entre a empresa e a comunidade, assim como a insuficiência de ações pontuais de compensação ambiental. Pois embora estas fossem asseguradas nos programas de apoio presentes no Relatório de Impacto Ambiental e no Plano Básico Ambiental como uma etapa ao licenciamento da empresa, foi necessária uma intervenção junto ao Ministério Público diante das lacunas que necessitaram ser reivindicadas pelas lideranças do quilombo. O resultado dessa ação foi acionamento de advogados pelo MPF para o acompanhamento das negociações.

Conclui-se que a comunidade Bom Jesus dos Pretos tem sofrido efeitos que modificaram não apenas a unidade física do território, mas de modo direto as famílias e seus modo de vida. De outra forma, a aplicação de uma medida compensatória ambiental, não minimiza, nem mesmo equaciona a sensação de medo permanente que se expressa em Bom Jesus devido à extração do gás. Desta forma, somadas as formas de trabalho de Bom Jesus dos Pretos, a sua permanência no território também passa a se registrar como uma luta cotidiana, diante das aberturas de novos campos de gás e da integração de novos poços à Estação de Produção de Gás, inserida também em Bom Jesus, contrariando mais uma vez a visão desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008.

AMBIENTE BRASIL. **Usina termelétrica**, 2012. Disponível em: Acesso em: 09 jun. 2019.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In **Desvendando mascaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

NOTA TÉCNICA N.º 39/2007 – 4ª CCR, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. **Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4> Acesso em 20/08/2016.

PROGRAMA DE APOIO A POPULAÇÃO QUILOMBOLA- PAQP, **Empresa Parnaíba Gás Natural**, Rio de Janeiro, Março de 2015.

SILVA, Jéssica Maria Barros da. O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL RIMA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: **Estudo das Áreas de Influência do Complexo Parnaíba** / Jéssica Maria Barros da SILVA. - 2019.

SILVA, Jéssica Maria Barros da. **Das estratégias aos danos**: estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos. 2016. Disponível em: Acesso em: 22 dez. 2018.